

MICROTAPONÍMIA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS REGISTRADA EM CAETÉS, DE GRACILIANO RAMOS: MOTIVAÇÃO E MUDANÇAS

Karollyny de Araújo Lima (UNEAL)

karol.pj99@gmail.com

Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

tupinikim@msn.com

RESUMO

Em *Caetés*, Graciliano Ramos apresenta João Valério, narrador-protagonista caracterizado por timidez e recolhimento interior, que acaba por se envolver amorosamente com Luísa, esposa de seu patrão e protetor, Adrião, que se suicida após denúncia anônima da dupla traição. Embora se sinta culpado, o protagonista não resiste ao poder e, à custa do amigo morto, se torna sócio da empresa onde trabalhava, abandonando a amante, que tentou golpeá-lo para ficar com toda a fortuna do finado marido. A narrativa registra inúmeros traços da Palmeira dos Índios de então, entre eles, parcialmente, a toponímia. Analisado a partir de instrumental próprio da toponímia, o conjunto de 21 microtopônimos (nomes referentes a logradouros públicos, bairros, povoados e vilas) citado em *Caetés* revela sete formas ainda presentes na atual malha urbana, havendo um equilíbrio relativo entre as descritivas e as comemorativas; sob um prisma formal, predominam as compostas. Um segundo grupo de nomes inclui os passivos de mudança entre a década de 1930 – de predomínio da descrição sobre a comemoração – até hoje, quando a situação se inverte. No *corpus* analisado, é possível observar padrão representativo, mas não categórico, de mudança toponímica (sistemática, total, interna e por ampliação), padrão esse relacionado ao progressivo aumento da homenagem como recurso de nomeação ao longo do século XX, um reflexo da mudança de percepção do sujeito-nomeador sobre os elementos dignos de registro da vida da cidade, em sua malha urbana. Mesmo como forma de demarcação de espaço simbólico de poder, a nomeação comemorativa não deixa de representar a identidade e a memória da cidade e de antigos ocupantes de alguma forma poder. Identidade e memória também se circunscrevem na toponímia conservadora, inalterada.

Palavras-chave: Microtoponímia. Palmeira dos Índios.

Graciliano Ramos. *Caetés*. Mudança toponímica.

ABSTRACT

Caetés (1933) presents João Valério, narrator-protagonist characterized by shyness and inner recollection, who ends up lovingly with Luisa, wife of his boss and protector, Adrião, who commits suicide after anonymous denunciation of double betrayal. Although feeling guilty, the protagonist does not resist the power and, at the expense of his dead friend, becomes a partner of the company where he worked, then abandoning his mistress, who tried to strike him to take the entire fortune of her died husband. The narrative records numerous traces of Plameira dos Índios then, among them, partially, the local toponym. Analyzed from Toponymy instrumental, the set of 21 place-names

(referred to public places, neighborhoods, towns and villages) mentioned in *Caetés* reveals seven forms still present at today urban network, with a relative balance between descriptive and commemorative ones. In a formal perspective, the predominant forms are composite. A second group of names includes those that passed by change between the 1930s – description over commemoration– to today, when situation reverses. Analyzed *corpus* reveals a representative, but not categorical, pattern of toponymic change (systematic, total, internal and enlargement). This pattern is related to the progressive increase of commemoration as a resource of naming longing 20th century, reflecting nominator's change of perception about the elements worthy of recording city life in its urban net. Anyway, even as a way of demarcating a symbolic space of power, commemorative naming is nonetheless the identity and, more than that, the memory of the city and former occupiers of some power. Identity and memory are also circumscribed in the conservative, unchanged toponym.

Keywords

Microtoponymy. Palmeira dos Índios. Graciliano Ramos. *Caetés*. Toponymic change.

1. Introdução

Em 1933, Graciliano Ramos (1892-1953) estreou na cena literária nacional com a publicação de *Caetés*, romance ambientado na cidade alagoana de Palmeiras dos Índios, da qual foi prefeito de 1928 a 1930. Desde 1925, o autor fazia anotações sobre os eventos da cidade, seu cotidiano e características mais triviais, inclusive alguns logradouros, aspecto específico de nosso interesse. Após a renúncia ao cargo, ele apresentou esses textos ao colega e editor Augusto Frederico Schmidt, que o incentivou a romaneá-los.

Palmeira dos Índios é o quarto maior município alagoano e sede de região metropolitana, situado no Agreste, a 290 metros acima do nível do mar (coordenadas geográficas: 9°24'20"S e 36°38'06"W) e a 140 km da capital, Palmeiras dos Índios tem população estimada de 73.532 habitantes e uma área total de 460.61 km², originalmente ocupada por índios Xukurus. Embora seu território já integrasse a sesmaria, sua colonização efetiva só ocorre no início da década de 1770, com a chegada à região do franciscano Frei Domingos de São José que, três anos depois, tendo evangelizado os índios, obteve permissão da proprietária daquelas terras (Maria Pereira Gonçalves) para a construção de capela dedicada ao Senhor Bom Jesus da Morte, elevada, em 1798, a freguesia e distrito (Arraial das Palmeiras) vinculados à vila de Anadia, da qual se desvinculou em 1835. Já em 1821, os índios haviam requerido a demarcação de suas terras ao governo, sendo-lhes concedida a área entre o então riacho Cabeça de Negro (atual Pau da Negra) e as cabeceiras do rio Panelas. Em 1846, disputas políticas locais levaram o município a perder a autonomia, reconquistada, novamente, em 1853 e, definitivamente, em 1889, com sua elevação a cidade. Além dessa, Palmeira dos Índios tem uma origem lendária, ligada ao casal indígena Tilixi e Tixiliá: há 200 anos, mesmo apaixonada pelo primo Tilixi, ela foi prometida ao cacique Etafé. Um beijo proibido condenou o rapaz à morte por inanição e ela,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ao visitá-lo, foi atingida por uma flecha mortal do noivo, morrendo ao lado do amado, onde nasceu uma palmeira, símbolo do amor intenso do casal. (Cf. PALMEIRA DOS ÍNDIOS, 2019).

Considerado pela crítica o último exemplar de romance naturalista de nossa literatura e uma obra menor (apesar de equilibrada, límpida e arguta), no conjunto autoral, preparatória de outras, mais densas (*Vidas secas*, *Angústia*, *São Bernardo*), *Caetés* trata da vida de João Valério, narrador-protagonista caracterizado por timidez, recolhimento interior e tendência fantasiosa em torno do ambiente burguês. Ele acaba por se envolver amorosamente com Luísa, esposa de seu patrão e protetor, Adrião, que se suicida após receber a denúncia da dupla traição por meio de uma carta anônima. Embora se sentindo culpado, o protagonista não resiste ao poder e, à custa do amigo morto, se torna sócio da empresa onde trabalhava, abandonando, em seguida, a amante, que tentou golpeá-lo para ficar com toda a fortuna do finado marido.

A crítica também costuma localizar nesse romance uma paráfrase de dois romances de Eça de Queiroz (1845-1900), a partir de traços como os mostrados no quadro abaixo:

<i>O Primo Basílio</i> (1878)	<i>Caetés</i> (1933)
1. O episódio do adultério	1. O episódio do adultério
2. O nome da esposa adúltera (Luísa)	2. O nome da esposa adúltera (Luísa)
3. A ambientação em cidade (Lisboa)	3. A ambientação em cidade (Palmeira dos Índios)
<i>A Ilustre Casa de Ramires</i> (1900)	4. Sobreposição de dois planos, narrativos: <ul style="list-style-type: none">• plano presente: adultério, suicídio do marido traído em meio ao cotidiano da cidade• plano histórico: a morte do bispo Sardinha pelos índios Caetés, explorada por vagas alusões
4. Sobreposição de 2 planos narrativos: <ul style="list-style-type: none">• plano presente: decadência da família• plano histórico: surgimento heroico e a grandeza da família Ramires	
5. Paralelo entre Gonçalo e Portugal	5. Paralelo entre João Valério e os caetés

Quadro 1: Traços das narrativas ecianas presentes em *Caetés* (Cf. MARTINS, 1969)

Desses traços, cabe-nos aqui chamar a atenção de um detalhe da ambientação urbana. Assim como Eça de Queiroz, Graciliano Ramos relaciona o drama íntimo dos protagonistas com o cotidiano da cidade, revelando-nos muitos aspectos dela, entre os quais o que tecnicamente se chama microtoponímia, ou seja, o nome de logradouros públicos e divisões (bairros, distritos) da cidade de Palmeiras dos Índios quando da escrita do

romance, ou seja, na década de 1930.

Ora, os nomes de lugares (topônimos) são objeto de estudo da toponímia¹ – ramo interdisciplinar (pois calcado em dados linguístico-históricos, geográfico-históricos e socioculturais) da onomástica –, ciência lexical ocupada dos nomes próprios.

Este trabalho se insere nesse campo de pesquisa, pois pretende analisar a toponímia palmeirense citada no romance *Caetés*, de Graciliano Ramos, bem como as mudanças por ela sofridas da época de publicação do romance até hoje, com o intuito de verificar como o ato de (re)nomeação toponímica está associado aos padrões culturais diferenciados no tempo, mas, ao mesmo tempo, conserva na memória, inúmeros elementos identitários.

É importante destacar que não é foco deste trabalho investigar o mérito literário de *Caetés*, ou seja, mesmo sendo esse romance a fonte de nosso *corpus* linguístico, não serão objeto de nossa análise os propósitos estéticos do autor ou a diegese da obra. Por ela ter sido escrita na década de 1930, este estudo revelará uma Palmeira dos Índios de outrora, em suas possíveis interseções linguístico-culturais, procurando, assim, explicar a lógica e a dinâmica de sua constituição, estrutura e funcionamento. Segundo Patrícia de Jesus Carvalhinhos (2009, p. 88),

Quando o topônimo figura em uma obra ficcional pode-se afirmar que a escolha desse nome passou por crivo duplo, pois o autor cria um topônimo (ou o escolhe dentro de um paradigma já existente) com o objetivo deliberado de construir um determinado espaço na sua narrativa, de modo que se crie um efeito de realidade.

Ora, a metodologia da pesquisa toponímica pode ser resumida nos seguintes passos:

1ª etapa: Coleta de dados mediante:

a) pesquisa documental

A pesquisa toponímica pode incidir sobre dois tipos de realidade, daí decorrendo dois tipos distintos de documentos a consultar:

¹ Como nome comum, toponímia indica um dado conjunto de topônimos.

- a realidade factual, documentada em mapas oficiais em escalas de 1:50.000 ou 1:100.000 ou listas de topônimos fornecidas preferencialmente por órgãos públicos;
 - a realidade ficcional², documentada em obras literárias (poemas, crônicas, contos, novelas, romances), em cuja leitura, à medida que avança, o pesquisador anota os topônimos encontrados com a página de registro de sua primeira ocorrência e, ao final, relaciona-os em ordem alfabética;
- b) pesquisa bibliográfica sobre os nomes colhidos mediante a pesquisa documental, utilizando-se de fontes várias, como dicionários históricos (dados de natureza linguística: significação, estrutura e étimo da palavra), monografias sobre a ocupação da área estudada e sobre os acidentes físicos (unidades de relevo) e humanos (logradouros, povoados, vilas, cidades, Estados, países etc.) aí instalados (dados de natureza geográfico-histórica e sociocultural);
- c) pesquisa de campo complementar e eventual, se necessária, sobre os dados coligidos mediante a pesquisa documental e a bibliográfica.

Nessa etapa, os dados coligidos são registrados em fichas lexicográficas padronizadas.

2ª etapa: Descrição, análise e interpretação dos dados, que prevê:

- a) arrumação dos seguintes dados em quadros: topônimo, sua categoria semântica, seu processo de formação lexical, sua língua de origem;
- b) a quantificação dos nomes e das taxonomias, analisando a maior ou menor frequência de classes ou itens lexicais; e
- c) o estudo dos nomes a partir de um enfoque:
- puramente linguístico (etimológico e estrutural);
 - linguístico-histórico e variacionista (“a variação gráfica de formas regionais e sua contribuição para a fonética e para a

² Muitas vezes, como no caso da investigação de que resulta este artigo, a ficção registra a toponímia da realidade factual.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pesquisa etimológica, bem como as superposições de grupos dialetais interferentes na padronização de substratos ou da linguagem toponímica” [DICK 1996, p. 33-34]);

- sócio-histórico-interpretativo da relação entre nome e história local; ou
- geográfico-interpretativo (análise do deslocamento regional de um nome ou o estabelecimento de áreas toponímicas locais e regionais).

Como técnica de análise estrutural dos nomes, sugere-se a análise por constituintes imediatos, já consolidada na linguística geral. Sua aplicação em pesquisas anteriores indica a existência, na onomástica brasileira, de:

- formas simples – constituídas sincronicamente de um único morfema lexical: Cansação, Jussara, Wanderley, Xiquexique etc.
- formas (sufixais) derivadas – aquelas a que se juntam sufixos derivacionais: Angical, Central, Juazeiro, Quixabeira etc.;
- formas (sufixais) flexionais – aquelas a que se juntam sufixos flexionais: Alagoinhas, Barreiras, Candeias etc.;
- formas compostas por coordenação – constituídas a partir da junção de formantes não ligados por morfema relacional: Capim Grosso, Casa Nova;
- formas compostas por subordinação: constituídas por formantes ligados por morfema relacional: Muquém do São Francisco etc.

Como aparentemente pacífico do ponto de vista de sua significação, a origem dos topônimos talvez dispensasse esclarecimentos. Contudo, no caso brasileiro, *grosso modo*, a maioria procede do português; em seguida, das inúmeras línguas indígenas (destaque: tupi-antigo), das várias e por vezes incógnitas línguas africanas aqui introduzidas (destaques: quimbundo e quicongo) e de várias línguas euroasiáticas da imigração recente (destaques: italiano, alemão, japonês). Contudo, nem sempre o dado etimológico primário identifica a procedência imediata do topônimo, pois se considera português aquele cujas bases lexicais estão registradas em dicionários dessa língua, independente de seu étimo. Como nome próprio, o

topônimo se origina do comum. Se este constar naquele tipo de obra indica ser seu significado acessível, não podendo, portanto, ser considerado um fóssil linguístico ou originário de outro idioma. Assim, por exemplo, embora as bases de Uauá e Iuiú sejam empréstimos portugueses ao tupi-antigo, seu registro, como nomes comuns, em dicionários portugueses nos leva a tê-los como topônimos dessa origem, a despeito de seu étimo ameríndio, que também deve ser indicado. Por outro lado, são fósseis linguísticos os topônimos com formas-base originárias de línguas ameríndias e africanas e não registradas em dicionários portugueses, como Coribe e Maiquinique, formas, respectivamente, tupi e quicongo.

Por sua vez, o estudo de nomes próprios de procedência não portuguesa deve ser feito a partir dos seguintes princípios:

- a) reconhecimento da necessidade de cautela ao decidir-se sobre a etimologia de um vocábulo;
- b) decomposição etimológica do topônimo, tornando traduzíveis as formas, atentando para o fato de que “não poucos erros de interpretação se originam da imperfeita decomposição do vocábulo e do exagerado poder atribuído à força corruptora do idioma” (SAM-PAIO, 1957, p. 159);
- c) verificação da série de mudanças históricas sofridas pelos formantes do nome para identificar de qual sincronia da língua originária procedem;
- d) busca das feições típicas locais para melhor interpretar o processo denominador, dado o caráter descritivo dos muitos topônimos.

Na descrição semântica da toponímia brasileira, tem-se aplicado a taxionomia de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) e acréscimos (exposta no Quadro 3), a partir dos seguintes critérios:

- a) uso de taxes mais específicas, partindo para categorias mais gerais quando necessário, numa análise mais ampliada;
- b) classificação dos nomes segundo o sentido atribuído ao primeiro formante pelas obras lexicográficas disponíveis, sistematicamente consultadas na mesma ordem;
- c) correção de eventuais erros da taxionomia com base no primeiro formante a partir da consulta aos dados geográfico-históricos e socioculturais dos municípios ou mesmo a informantes;

- d) atribuição do qualificativo “obscuro” ao topônimo sem sentido atribuído aos seus formantes pelos dicionários citados.

Na descrição da mudança toponímica, sugere-se o uso da tipologia proposta por Ramos (2008), elaborada a partir dos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	TIPOLOGIA DAS MUDANÇAS TOPONÍMICAS
1º fator condicionante	a) mudanças espontâneas ou naturais – fruto do uso popular, tacitamente aceita(s) Poder Público; b) mudanças planejadas ou sistemáticas – ocorrem pela intervenção do Poder Público
2º conservação/ inovação da categoria toponímica	c) parciais, de forma ou formais – conservação do topônimo na mesma categoria, com alteração na forma original d) totais, categoriais ou de forma e conteúdo – alteração da taxa toponímica e, por conseguinte, da forma do topônimo original
3º relação entre o tamanho do topônimo antigo e do novo	e) mudança por ampliação – o topônimo inovador é maior que o antecessor f) mudança por redução – o novo topônimo é menor que o anterior
4º a integridade do significante	g) internas – o topônimo sofreu alteração fonética ou gráfica h) externas – traduções literais ou aproximadas dos topônimos originais para outra língua
5º preservação de formantes de topônimo(s) anteriores	i) conservação lexical – a nova forma conserva formante anterior j) regressão – retomada de topônimo anterior

Quadro 2: Tipologia das mudanças toponímicas e seus critérios definidores

		REFERÊNCIA	EXEMPLOS DA TOPONÍMIA BAIANA
NATUREZA FÍSICA: (o mundo natural)	astrotopônimos	sistemas estelares e astros em geral	Araci, Coaraci
	cardinotopônimos	pontos cardeais e posição geográfica dos acidentes	Central, Nordestina
	cromatotopônimos	sistemas cromáticos	Verde (município baiano do século XIX, extinto), Una etc.
	dimensiotopônimos	dimensão dos acidentes	Aporá, Baixa Grande
	estematotopônimos	os cinco sentidos ou estados térmicos	Adustina, Queimadas
	fitotopônimos	índole vegetal	Xiquexique, Jandaíra, Buritirama etc.
	geomorfotopônimos	formas topográficas	Morro do Chapéu, Serra Dourada etc.

	hidrotopônimos	água e a cursos d'água	Correntina, Rio do Pires, Rio do Antônio, Rio Real etc.
	litotopônimos	índole mineral ou constituição do solo	Barro Alto, Itapicuru, Jacobina, Laje, Lajedo do Tabocal,
	meteorotopônimos	fenômenos meteorológicos, climáticos e atmosféricos	Aracatu, Brumado, Matina
	morfotopônimos	formas geométricas	Quebrangulo
	zootopônimos	índole animal	Uauá, Iuiú, Jaguarari etc.
NATUREZA ANTROPOCULTURAL: (o mundo cultural)	acronimotopônimos	siglas e abreviaturas	IAPI, STIEP (bairros soteropolitanos)
	animotopônimos	psiquismo e cultura espiritual	Valente, Mansidão, Boa Nova, Catu etc.
	antropotopônimos	alunha(s) ou nome(s) de pessoa, nomes de família	Cícero Dantas, Lauro de Freitas, Simões Filho etc.
	axiotopônimos	títulos e dignidades apensos a antropônimos	Presidente Jânio Quadros, Dom Basílio, Conde etc.
	corotopônimos	idades, Estados, países, regiões e continentes	Fátima, América Dourada, Filadélfia, Cafarnaum etc.
	cronotopônimos	marcas cronológicas	Nova Fátima, Nova Soure, Novo Horizonte etc.
	dirrematopônimos	frase enunciada	Tapiramutá, Rapa-Tiçã (atual Ipiá)
	ecotopônimos	habitações em geral	Casa Nova, Iraquara, Jaguara, Sobradinho etc.
	ergotopônimos	cultura material em geral	Alcobaça, Arataca, Pilão Arcado etc.
	estematotopônimos	os cinco sentidos ou estados térmicos	Adustinas, Queimadas
	etnotopônimos	etnias e populações	Sento Sé, Caraíbas, Gentio do Ouro, Ilhéus, Rodelas etc.
	grafematopônimos	elemento gráfico em geral	A, B, C (ruas de Santa Maria da Vitória)
	hierotopônimos ³	divindades, sistemas de crença, efemérides	Cruz das Almas, Curuçá etc.
	higietopônimos	campo semântico da higiene e saúde	Saúde
historiotopônimos	movimentos histórico-sociais, seus elementos e datas	Canudos, Contendas do Sincorá	
necrotopônimos	campo semântico da morte	Anguera	

³ Subdivisíveis em: hagiotopônimos (nomes de santos católicos: Santa Rita de Cássia, São Félix do Coribe etc.) e mitotopônimos (nomes de mitos e lendas: Ipuíara); nomes fora dessas categorias específicas, permanecem na geral. Entre os hagiotopônimos, destacam-se os mariotopônimos (referentes à Virgem Maria, Cf. CARVALHO, 2014).

numerotopônimos	índices numéricos	Dois Irmãos (atual Ubatã)
odotopônimos	vias de passagem	Encruzilhada, Itapé, Ponto Novo
poliotopônimos	unidades territoriais menores que o município	Ourolandia, Cristópolis, Crisópolis
sociotopônimos	atividades econômicas, profissões, pontos de encontro	Capela do Alto Alegre, Feira de Santana, Porto Seguro etc.
somatotopônimos	partes do corpo	Camacan, Piatã

Quadro 3: Taxonomia toponímica propostas por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) e acréscimos⁴

Vale destacar que os tipos acima indicados de mudança toponímica se justapõem, só vindo isolados muito raramente (Guaraci > Coaraci, mudança interna). Assim, na sequência Monte Alto > Palmas de Monte Alto, temos mudança espontânea, total, por ampliação, com conservação lexical.

Embora certamente longo, esse excursus metodológico e terminológico é necessário para esclarecer ao leitor não só os procedimentos que levaram à constituição de nosso *corpus* como o instrumental utilizado para analisa-lo, pois, caso contrário, não seria possível entender com clareza a própria análise e as conclusões deste trabalho acerca do ato de (re)nomeação de lugar.

2. Nomeação de lugares, identidade e memória

Na escolha de nomes, o sujeito nomeador tem propósitos, que vão desde a intenção de identificar um espaço até levar a comunidade a partilhar de suas crenças, hábitos, valores. Nesse âmbito, o léxico se torna o elemento social mais sensível às exteriorizações de comportamento humano, uma vez que pode demonstrar suas intencionalidades e por ser o segmento menos estável e sistemático da língua e, assim, mais aberto a novidades externas.

Antes de tudo, ao pensar sobre a prática de nomeação na organização do espaço, é preciso perceber esse exercício como uma relação simbólica entre ambiente, língua e homem. Logo, refletir sobre o elo entre

⁴ Categorias inseridas por Ignez de Abreu Francisquini (1998): acronimotopônimos, higietopônimos, necrotopônimos; pelo projeto ATEPAR: estematotopônimos e grafematopônimos.

narrativas literárias, o espaço geográfico e suas representações é entender como o denominador marca na língua seu *habitat*, refletindo e refratando seu modo de ver a realidade e a forma como os sujeitos sociais organizam seu ambiente no trato diário com a língua. O sistema onomástico compreende as realizações virtuais do sistema lexical, disponíveis para o desempenho denominativo dos falantes. É por meio dessas escolhas lexicais que as causas denominativas do nomeador se manifestam, mediando a relação do lugar referencial com sua representação linguística. Assim, os microtopônimos (nomes de logradouros públicos, bairros etc.) se incluem em dois blocos: léxico geral, como signos linguísticos modificáveis, como os demais, podendo sofrer todas as mudanças próprias da língua; e léxico toponímico; porém, “o ato intelectual de nomear, onomasticamente, é distinto da constituição/criação da palavra, enquanto elemento do léxico e integrante do enunciado de língua”. (DICK, 1998, p. 101)

Apesar da inserção do signo toponímico junto aos demais signos da língua, há diferenças consideráveis: o signo comum, imotivado, torna-se, com a nomeação, um signo motivado, cujos elementos revelam vínculo entre ele e o referente (alusões de cor, tamanho, constituição, homenagens a pessoas etc.). Nesse sentido, o signo toponímico adquire configuração icônica, tornando-se uma projeção aproximativa do real, não servindo só para identificar lugares, ou seja, não tendo apenas função de referencializador espacial, mas também uma representação intencional, pela qual o sujeito nomeador, mediante a língua, demarca poder, posse, identidade, domínio sob o espaço geográfico e social:

[...] a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atenuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais. (DICK, 1990, p. 19)

Assim, o estudo dos topônimos possibilita identificar e registrar fatos importantes da cultura e história da região, tanto sincronicamente – levando em conta as vivências atuais – quanto historicamente. Contudo, com o tempo, essa intencionalidade tende a se perder, tornando-se o topônimo um signo opaco.

A partir dessa discussão, podemos propor o seguinte conceito didático e aproximativo de topônimo: signo linguístico diferenciado, dotado de quatro elementos: o significante; um significado etimológico de transparência variável e dependente do saber especializado do usuário da língua;

a função de identificar um lugar dentro de um contexto enunciativo; e uma função identitária, fruto de uma intencionalidade, registrada na memória coletiva⁵, perdível ao longo do tempo, mas parcialmente recuperável pela pesquisa.

3. Análises de dados

Caetés menciona 21 microtopônimos palmeirenses existentes à época de sua publicação, classificados no quadro abaixo conforme o tipo de acidente humano (AH) a eles referentes:

AH	TOPÔNIMOS
bairros	Alto dos Bodes, Ribeira
beco	do Leite
ruas	Boca-de-Maceió, Pernambuco-Novo, Pinga-Fogo, de Cima, Deodoro ⁶ , do Melão, dos Italianos, Floriano Peixoto,
praças	Paço Municipal, da Independência ⁷ , da Matriz
povoado	Palmeira-de-Fora, Xucuru
aldeia indígena	Cafurna ⁸
estrada	da Lagoa
travessa	da Cadeia
não identificados	Riacho-do-Mel, Sovaco
Quadro 4: Microtoponímia palmeirenses registrada em <i>Caetés</i> e a tipologia dos acidentes humanos nomeados	

Inicialmente, como se vê, todos esses nomes são formas portuguesas, o que é curioso, dada à origem indígena do município e à permanência

⁵ Conforme Maurice Halbwachs (2013), a memória é sempre construída em grupo, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Isso acontece porque o indivíduo está sempre inserido num grupo social. Logo, toda memória, mesmo a toponímica, possui resquícios de uma coletividade mesmo que ela seja vista como individual.

⁶ *Caetés* registra apenas Deodoro, como a localidade deve ser popularmente chamada, embora seu nome oficial, já à época, fosse Deodoro da Fonseca.

⁷ No romance, há uma referência ao antigo nome desta praça: Quadrado.

⁸ *Caetés* registra apenas Cafurna, como a localidade deve ser popularmente chamada, embora seu nome oficial seja Mata da Cafurna. Esta forma subordinada se compõe de dois elementos, o segundo dos quais – CAFURNA – surge a partir de um processo deformacional de palavra, o cruzamento ou combinação vocabular: dada uma semelhança fônica ou semântica, uma base invade a estrutura de outra, gerando construções inusitadas chamadas amálgamas, *blends*, palavras-valise ou palavras-centauro. No caso em foco, segundo Antenor Nascentes (*apud* HOUAISS, 2001, p. 560), CAFURNA resulta do cruzamento de CAFUA ‘cova’ com FURNA ‘caverna, gruta’.

desse segmento populacional na localidade ainda hoje.

O guia postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) informa os nomes do quadro acima que conservados até a atualidade. Ao lado do tipo de acidente humano (AH) que designam, eles estão indicados no Quadro 5, que também os classifica semântica e morfologicamente:

AH	TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO
aldeia indígena	(Mata da) Cafurna	fitotopônimo	subordinação
bairro	Ribeira	hidrotopônimo	simples
praça	São Pedro	hagiotopônimo	coordenação
rua	Marechal Deodoro da Fonseca	axiotopônimo	coordenação
rua	Florian Peixoto	antropotopônimo	coordenação
povoado > bairro	Xucurus	etnotopônimo	flexão
povoado > bairro	Palmeira de Fora	fitotopônimo	subordinação

Quadro 5: Topônimos conservados, categorias e processo de formação

Como se vê, dos microtopônimos citados em *Caetés*, $\frac{1}{3}$ permanece na atual malha urbana palmeirense. Entre eles, predominam formas compostas por coordenação (42, 85%) – o hagiotopônimo São Pedro, o axiotopônimo Marechal Deodoro da Fonseca e o antropotopônimo Floriano Peixoto –, seguidas das compostas por subordinação (28, 57%) – os fitotopônimos Mata da Cafurna e Palmeira de Fora –, da forma simples – o hidrotopônimo Ribeira (14, 28%) – e do etnotopônimo flexionado Xucurus (14, 28%). Há um relativo equilíbrio entre nomes descritivos (57, 14%; fitotopônimos, hidrotopônimo e etnotopônimo) e comemorativos (42, 86%; hagiotopônimo, axiotopônimo, antropotopônimo). Entre estes, dois rendem homenagem a célebres cidadãos alagoanos, por sinal, o primeiro e o segundo presidentes do país.

A ausência dos demais microtopônimos citados em *Caetés* no referido guia postal nos levou a crer que eles sofreram mudança toponímica, algo confirmado por Júlia Maria da Silva Leite (2007), que relaciona os microtopônimos de nosso *corpus* e suas respectivas alterações. Com base nessa fonte e em outras, chegamos ao Quadro 6, que apresenta o *corpus* fechado de *Caetés*, o topônimo atual correspondente a cada forma original, a categorização e o processo de formação lexical de todos eles, além dos mecanismos de mudança toponímica, indicados por uma sequência numérica, cujos elementos constituem a legenda apensa ao quadro.

A partir dele, percebemos que, na década de 1930, quanto à estrutura dos nomes, há uma forma simples (7, 14%) – o morfotopônimo

Quadro –; uma flexionada (7, 14%) – o etnotopônimo dos Italianos; e 12 compostas, sendo duas por coordenação (14, 28%) – o corotopônimo Pernambuco-Novo e o dirrematopônimo Pinga-Fogo – e as demais (71, 44%), por subordinação: o animotopônimo da Alegria; o ergotopônimo do Leite; o fitotopônimo do Melão; os sociotopônimos da Cadeia e da Matriz; os somatotopônimos Boca de Maceió e da Tripa; e os cardinotopônimos Alto dos Bodes, de Baixo e de Cima. Nesse segundo conjunto de topônimos, embora haja aqueles pertencentes a categorias antropoculturais, não há comemorativos; por outro lado, cinco são claramente descritivos (cardinotopônimos, fitotopônimo e morfotopônimo).

Considerando os dados da década de 1930 quanto aos arquétipos toponímicos da comemoração e da descrição, percebemos o predomínio desta (9 ocorrências, equivalentes a 42, 86%) frente àquela (3 ocorrências, equivalentes a 14, 28%), situação que se inverte na atualidade, quando a maior incidência (17 nomes, equivalentes a 80, 95%) recai sobre a homenagem (a santos, pessoas, eventos históricos), sendo a descrição pouco representativa (4 ocorrências, equivalentes a 19, 05%).

Termo genérico	Topônimo antigo (fonte: <i>Caetés</i>)			Topônimo novo			Mudança toponímica
	Nome	Categoria	Formação	Nome	Categoria	Formação	
Rua	Boca de Maceió	somatotopônimo	subordinação	Clodoaldo da Fonseca	antropotopônimo	subordinação	2, 3, 0, 7, 0
Rua	da Alegria	animotopônimo	subordinação	João XXIII	axiotopônimo	coordenação	2, 3, 5, 7, 0
Travessa	da Cadeia	sociotopônimo	subordinação	Luiz Silveira	antropotopônimo	coordenação	2, 3, 5, 7, 0
Praça	da Matriz	sociotopônimo	subordinação	Monsenhor Macedo ⁹	axiotopônimo	coordenação	2, 3, 5, 7, 0
Rua	da Tripa	somatotopônimo	subordinação	Pedro Soares da Mota	antropotopônimo	subordinação	2, 3, 5, 7, 0
Rua	de Baixo	cardinotopônimo	subordinação	Major Cícero Góes Monteiro	axiotopônimo	coordenação	2, 3, 5, 7, 0
Rua	de Cima	cardinotopônimo	subordinação	Moreira e Silva	antropotopônimo	coordenação	2, 3, 5, 7, 0
Beco	do Leite	ergotopônimo	subordinação	José e Maria Passos	antropotopônimo	coordenação	2, 3, 5, 7, 0
Rua	do Melão	fitotopônimo	subordinação	Vigário Maia	axiotopônimo	coordenação	2, 3, 5, 7, 0
Bairro	Alto dos Bodes	cardinotopônimo	subordinação	Alto do Cruzeiro	cardinotopônimo	subordinação	2, 0, 0, 7, 9

⁹ Desde a criação da freguesia, em 1798, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo se localiza na mesma praça, antigamente chamada Praça da Matriz, nome depois mudado para Praça Monsenhor Macedo. (Cf. DIOCESE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, 2019)

Rua	dos Italia- nos	etnotopô- nimo	flexão	Fernandes Lima	antropoto- pônimo	coorde- nação	2, 3, 5, 7, 0
Rua	Pernam- buco-Novo	corotopô- nimo	coorde- nação	Chico Nunes	antropoto- pônimo	coorde- nação	2, 3, 0, 7, 0
Rua	Pinga-Fogo	dirremato- pônimo	coorde- nação	José Pinto de Bar- ros	antropoto- pônimo	subor- dinação	2, 3, 5, 7, 0
Praça	Quadro	morfotopô- nimo	simples	da Independência	historiotop- pônimo	subor- dinação	2, 3, 0, 7, 0
Quadro 6. Processos de mudanças da microtoponímia municipal palmeirense registrada em Caetés de Graciliano Ramos							

Legenda dos processos de mudança toponímica:

- | | | |
|------------------------|---------------------------|-------------------------|
| 1 – mudança espontânea | 2 – mudança sistemática | 3 – mudança total |
| 4 – mudança parcial | 5 – mudança por ampliação | 6 – mudança por redução |
| 7 – mudança interna | 8 – mudança por tradução | 9 – conservação lexical |
| 10 – regressão | | |

Observação: O 0 (zero) indica ausência de mudança quanto ao(s) critério(s) considerado(s).

A segunda parte do quadro acima apresenta os dados da atual sincronia, na qual a categoria mais representativa, com 8 ocorrências (equivalentes a 57, 12% do total), é a dos antropotopônimos, entre os quais há três formas compostas por subordinação (Clodoaldo da Fonseca, José Pinto de Barros e Pedro Soares da Mata) e cinco por coordenação (Chico Nunes, Luiz Silveira, Moreira e Silva, José e Maria Passos e Fernandes Lima). Em seguida, vêm os axiotopônimos, quatro formas compostas por composição (João XXIII, Monsenhor Macedo, Major Cícero Góes Monteiro e Vigário Maia), correspondentes a 28, 57% do total; por fim, duas formas subordinadas: o historiotopônimo “da Independência” e o cardinotopônimo Alto do Cruzeiro.

Finalmente, o Quadro 6 informa os processos de alteração toponímica por meio de codificação numérica. Por ela, podemos perceber a existência de um padrão representativo de 71, 42% das ocorrências: a sequência numérica 23570. Há duas exceções a esse padrão: a sequência 23070, incidente sobre 14, 28% do total de mudanças, e a 20079, de baixa representatividade (7, 14%).

4. Considerações finais

A análise precedente permite-nos tecer algumas considerações.

Inicialmente, enquanto disciplina científica interdisciplinar, a toponímia possui interface com outros campos do saber, podendo realizar suas investigações a partir de fontes documentais convencionais (o mapa, a lista oficial de topônimos) ou a partir de uma fonte inusitada, como um texto literário tomado, inclusive, como documento histórico, base para a

reconstrução da memória coletiva e de diferentes processos identitários, viabilizando o registro linguístico-cultural de um povo.

Neste sentido, a toponímia urbana registrada no romance *Caetés* mostra uma Palmeira dos Índios de outrora, com narrativas e vivências diversas, refletindo e refratando a sociedade nela inserida e as questões que a cercam.

No *corpus* analisado, foi possível observar padrão representativo, mas não categórico, de mudança toponímica (sistemática, total, interna e por ampliação), equivalente a 71, 42% das ocorrências, padrão esse relacionado ao progressivo aumento da homenagem como recurso de nomeação ao longo do século XX, um reflexo da mudança de percepção do sujeito-nomeador sobre os elementos dignos de registro da vida da cidade, em sua malha urbana.

De qualquer forma, mesmo como forma de demarcação de espaço simbólico de poder, a nomeação comemorativa não deixa de representar a identidade e, mais que isso, a memória da cidade e de antigos ocupantes de alguma forma poder. Elas, identidade e memória, também se circunscrevem na toponímia conservadora, inalterada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manuel de Macedo. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 10, p. 83-99, 2009.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo de caso. *Acta semiotica et linguistica*, São Paulo, ano 6, p. 27-44, 1996.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta Semiótica et Linguística*, João Pessoa, vol. 7, n. 1, p. 97-122, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/16907/9631>>. Acesso em: 16-09-2019.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1990.

DIOCESE DE PALMEIRAS DOS ÍNDIOS. *História*. 2019. Disponível em: <<http://diocesedepalmeiradosindios.blogspot.com/p/historia.html>>. Acesso: 16-09-2019.

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. *O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí*. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras). – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

GUIAMAIS. *Pesquisa de CEP: Palmeira dos Índios*. 2015. Disponível em: <<https://cep.guiamais.com.br/busca/palmeira+dos+indios-al?page=1>>. Acesso em: 16-09-2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad.: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEITE, Júlia Maria da Silva. *Palmeira dos Índios no romance Caetés*. 2007. TCC (Graduação em História). – UNEAL, Palmeira dos Índios.

MARTINS, Wilson. Graciliano Ramos, o Cristo e o grande inquisidor. In: RAMOS, Graciliano. *Caetés*. 8. ed. São Paulo: Martins, 1969, p. 9-21.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. *A cidade*. 2019. Disponível em: <<https://palmeiradosindios.al.gov.br/a-cidade/>>. Acesso em: 04-09-2019.

RAMOS, Graciliano. *Caetés*. 8. ed. São Paulo: Martins, 1969.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças*. 2018. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. Edição e notas: Frederico G. Edelweiss. 5. ed. Salvador: Câmara Municipal, 1957.